
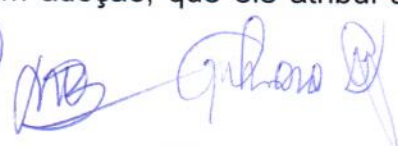





Ata Nº 538 – Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Casa dos Conselhos iniciou-se a **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC**. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Elias Alcides Luciano, Douglas Aguirre, Yolanda Irene Keller Boia, Luciano Pedro Estevão, Grasiela Aparecida Teixeira, Josiane Hoepers, Wilson Reginatto Júnior, Aline Rocha, Maria Helena Bittencourt e Gilmara dos Santos. Estavam presentes: Deolinda Raiser, Sandra Narciso, Nademir Batista Silveira e Maurício Coelho, conselheiros tutelares titular e suplentes; Nazha Sayed, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro dos Municípios e Jéssica Peres, representante da ONG Vidas Recicladas – Casa das Anas. Pauta: Alteração da Lei Nacional de Adoção e assuntos referentes ao Conselho Tutelar. O presidente iniciou a reunião passando a palavra para o Conselheiro Luciano que realizou a apresentação sobre as alterações da Lei Nacional de Adoção. O conselheiro explicou que de acordo com a Resolução CJL nº289, de quatorze de outubro de dois mil e dezenove, o Sistema Nacional de Adoção – SNA oferece uma visão integral da criança e do adolescente e faz a integração dos dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). Além das crianças aptas à adoção, o novo sistema traz informações do antigo Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, do CNJ, no qual quarenta e sete mil crianças que vivem em instituições de acolhimento em todos os estados estão cadastradas. Esse cadastro integra dados de todos os órgãos e entidade de acolhimento de crianças/adolescentes abrigados no país. Os objetivos deste sistema são: garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária segura; consolidar dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar, à adoção e a outras modalidades de colocação em família substituta, bem como sobre pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção; dar mais transparência ao processo, ampliar a possibilidade de encontrar famílias para as crianças; permitir maior controle das filas dos habilitados, pois engloba os cadastros Municipal, Estadual e Nacional; e facilitar a adoção e propiciar celeridade. A adoção é uma das funções do SNA, mas não é a única. Ele traz uma página de estatísticas públicas, com os dados nacionais de adoção e acolhimento, mas é essencial a correta alimentação e fiscalização. O SNA permite acesso diferenciado aos dados, ampliando os perfis para o Ministério Público, defensores públicos, instituições acolhedoras e os próprios pretendentes, além de juízes e servidores. O sistema dinamizará a possibilidade das adoções. Na sequência o conselheiro trouxe algumas novidades da alteração da lei como: A Criança como sujeito principal do processo, ou seja, permitir a busca de uma família para ela e não o contrário; Pré-cadastro de pretendentes, que podem inserir seus dados pessoais e o perfil da criança ou adolescente que deseja adotar. Depois, o sistema informa a lista de documentos necessários para iniciar o processo de habilitação à adoção, que devem ser levados à Vara de Infância e Juventude mais próxima de sua residência para iniciar o processo com o curso preparatório; Os pretendentes também possuem uma área de acesso exclusivo, onde os postulantes com habilitação válida podem verificar seu perfil, sua posição na fila Municipal e Estadual e realizar alterações em seus meios de contato, como e-mail e telefone; Permite que os pretendentes tenham acesso ao próprio cadastro e possam fazer atualizações de suas informações pessoais como endereço, e-mail e telefone; o Sistema de alerta para avisar juízes e corregedoria sobre os prazos de cada processo de adoção; O sistema também permite a inclusão de fotos, vídeos, desenhos e cartas por parte das crianças e adolescentes como forma de dar visibilidade aos pedidos de adoção; Não sendo encontrado o perfil desejado por um pretendente, vai ser acionado o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas para verificar a possibilidade de existência de alguma criança ou adolescente dentro daquele perfil. Uma criança ou adolescente que não está habilitado naquele momento pode ter seu processo agilizado para que ela não perca a chance de ser adotada. De acordo com a Regulamentação Técnica do Sistema



Nacional de Adoção e Acolhimento no Item I, da Habilitação para Adoção, houve as seguintes considerações: Art. 1. A inscrição dos pretendentes no SNA será efetuada em ordem cronológica, a partir da data da sentença de habilitação, observando-se, como critério de desempate, a data do ajuizamento do pedido. Parágrafo único. A data de habilitação será mantida mesmo em caso de mudança de pretendente para outra comarca. Art. 2º. A habilitação do pretendente terá validade de três anos, devendo ser renovada até o seu vencimento. § 1. Expirado o prazo mencionado no caput, a habilitação será suspensa por trinta dias, durante os quais o postulante poderá solicitar a renovação. § 2. Enquanto suspensa a habilitação, o postulante não será consultado para novas adoções. § 3. Decorrido o prazo de trinta dias sem que o pretendente renove sua habilitação, esta será arquivada, com imediata inativação no sistema. Item II, da Inclusão da Criança e do Adolescente na Situação apta para Adoção, houve as seguintes considerações: Art. 3º A colocação da criança ou do adolescente na situação "apta para adoção" deverá ocorrer após o trânsito em julgado da decisão do processo de destituição ou extinção do poder familiar, ou ainda quando a criança ou o adolescente for órfão ou tiver ambos os genitores desconhecidos. Art. 4º O juiz poderá, no melhor interesse da criança ou do adolescente, determinar a inclusão cautelar na situação "apta para adoção" antes do trânsito em julgado da decisão que destitui ou extingue o poder familiar, hipótese em que o pretendente deverá ser informado sobre o risco jurídico. No item III, da Vinculação entre crianças e adolescentes e pretendentes, houve as seguintes alterações: Art. 5º Iniciada a vinculação entre a criança ou adolescente e o pretendente, a habilitação do pretendente ficará suspensa no sistema para novas consultas. Art. 6º Iniciado o estágio de convivência, caso o pretendente esteja inicialmente habilitado para adoção de outras crianças ou adolescentes, o sistema o reclassificará, sendo mantida como data da classificação a do início do estágio de convivência. Art. 7º Realizada a vinculação, o juízo terá o prazo de quinze dias para comunicar o fato ao pretendente, atualizando as informações no sistema. Parágrafo único. Caso o pretendente não receba comunicação do juízo no prazo citado no caput, o sistema automaticamente lhe encaminhará correspondência eletrônica, convocando-o para manifestar interesse em conhecer a criança ou o adolescente. Art. 8º Esgotada a busca por pretendentes nacionais, deve o juízo competente, no prazo máximo de cinco dias, iniciar as buscas internacionais, com a devida ciência à CEJA/CEJAI do respectivo tribunal. Art. 12º. Compete ao órgão julgador responsável pela criança ou adolescente vinculado a um pretendente dar início ao processo de aproximação entre os envolvidos. § 1. O pretendente, após formalmente consultado, terá o prazo de dois dias úteis para manifestar interesse em conhecer a criança ou adolescente. § 2. Em caso de omissão ou desinteresse do pretendente em conhecer a criança ou adolescente, será iniciada nova busca por pretendente habilitado. § 3. Manifestada, por qualquer meio, a anuência em conhecer o adotando, o pretendente deverá comparecer ao juízo que o convocou em até cinco dias, prorrogáveis a juízo do magistrado e mediante justificativa adequada, para dar início aos procedimentos prévios à adoção. § 4. Caso o pretendente não se apresente em até cinco dias ao juízo que o convocou, o magistrado cancelará a vinculação no sistema e determinará a consulta ao próximo pretendente habilitado. O Item IV, das Guias de Acolhimento e Desligamento também foram alteradas, ficando o Art. 9º. A Guia Nacional de Acolhimento e a Guia Nacional de Desligamento de Crianças e Adolescentes Acolhidos deverão ser obrigatoriamente emitidas no sistema para todas as crianças e adolescentes cuja medida protetiva de acolhimento tenha sido aplicada. No item V, Do relatório Eletrônico das Audiências Concentradas. Art. 10º. O sistema gerará automaticamente o relatório eletrônico das audiências concentradas na unidade judiciária, contendo as estatísticas referentes às crianças e aos adolescentes que passaram por acolhimento naquele semestre, substituindo o preenchimento eletrônico dos dados. A implementação da nova versão do cadastro é positiva mas ressalta que ela não soluciona o problema da demora dos processos que envolvem adoção, que ele atribui à falta de estrutura de pessoal do



Judiciário, especificamente à equipe técnica formada por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. As Varas da Infância Brasil afora têm sofrido muito com a ausência de um número adequado de servidores para atender a demanda atual. São imprescindíveis para dar suporte ao juiz com informações necessárias para que ele decida de forma adequada. É necessário ter uma equipe técnica forte, bem estruturada para que os laudos sejam construídos e as análises psicológicas e sociais sejam bem fundamentadas para que decisões equivocadas não sejam tomadas. Houve várias discussões e questionamentos que foram sanados pelo conselheiro Luciano e pela Sra. Deolinda que foi de grande relevância para as explicações, devido a bagagem de conhecimentos que tem por trabalhar a na área a muito tempo. A nova lei passará a vigorar em janeiro de dois mil e vinte. Na sequência foram tratados de assuntos referentes ao Conselho Tutelar. Sobre a Capacitação que iniciará no próximo dia dezoito, o presidente leu o cronograma que foi aprovado por unanimidade e será encaminhado aos conselheiros tutelares. O presidente solicitou que a secretária faça contato com o Dr. João Luiz de Carvalho Botega, para agendamento de reunião para tratar de assuntos referentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e formação dos conselheiros tutelares. Foi levantada a questão do Sistema SIPIA. O conselheiro Douglas falou que entrou em contato com a Coordenação Estadual do SIPIA, e o mesmo garantiu que o sistema funciona e que deve ser preenchido. Ressaltou que não pode ser utilizado outro sistema para cadastro, que não seja o SIPIA. Ressaltou a importância do SIPIA e sugere a publicação de uma Resolução para determinar este preenchimento. A resolução será escrita e encaminhada para aprovação na próxima reunião ordinária. O presidente lembrou que os conselheiros tutelares não necessitam tanto de capacitação, mas sim de uma consultoria. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Humenhuk, secretária deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

